

do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verificar a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Formação de Recursos Humanos.

3 — A Federação obriga-se a restituir ao IDP, I. P., as participações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do competente Programa de Actividades anexo ao presente contrato-programa.

Cláusula 8.ª

Obrigação do IDP, I. P.

Compete ao IDP, I. P. verificar o desenvolvimento do Programa de Formação de Recursos Humanos que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com a observância do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

Cláusula 9.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

Cláusula 10.ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República* e termina em 30 de Junho de 2010.

Cláusula 11.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato-programa é publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3 — Da decisão cabe recurso, nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 30 de Dezembro de 2009, em dois exemplares de igual valor. — O Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., *Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Federação Nacional de Karaté — Portugal, *João Salgado*.

ANEXO I

Acções e cursos a desenvolver no âmbito do programa de formação de recursos humanos

Acções de formação/Cursos

- 1 — Congresso de Treinadores;
- 2 — Curso de Monitores;
- 3 — Curso de Treinadores N1;
- 4 — Curso de Treinadores N1;
- 5 — Curso de Treinadores N2;
- 6 — Curso de Treinadores N3;
- 7 — Acção de Formação Nacional para Treinadores;
- 8 — Acção de Formação Nacional para Treinadores;
- 9 — Acção de Formação Internacional para Treinadores.

203464446

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 11442/2010

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 3.º e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º, ambos os artigos do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, reconhece-se que os donativos concedidos no ano de 2002 ao Vitória Sport Clube de Barcelinhos, número de identificação de pessoa colectiva 501626530, para a realização de actividades desportivas de carácter não profissional consideradas de interesse desportivo, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que os respectivos mecenados não tenham, no final do

ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à segurança social, ou, tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objecto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida, e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

26 de Abril de 2010. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Sérgio Trigo Tavares Vasques*. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

14632010

Despacho n.º 11443/2010

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 3.º e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º, ambos os artigos do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, reconhece-se que os donativos concedidos em 2002 ao Operário Futebol Clube, NIPC 501894004, para a realização de actividades desportivas de carácter não profissional consideradas de interesse desportivo, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que os respectivos mecenados não tenham, no final do ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à Segurança Social, ou, tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objecto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida, e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

27 de Abril de 2010. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Sérgio Trigo Tavares Vasques*. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

14642010

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho n.º 11444/2010

O despacho n.º 47/2010, de 22 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 5 de Janeiro de 2010, instituiu um apoio destinado a compensar o preço pago pela electricidade utilizada no sector agrícola durante o ano de 2010, de forma a aliviar os custos de exploração.

Contudo, no supramencionado despacho não foram consideradas as actividades resultantes dos aproveitamentos hidroagrícolas por parte das associações de beneficiários daqueles aproveitamentos.

Assim, e verificando-se que se encontram reunidos os pressupostos que permitem incluir nesta medida as associações de beneficiários dos aproveitamentos hidroagrícolas, determina-se, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 87/2007, de 29 de Março, o seguinte:

1 — É instituído um apoio financeiro, da responsabilidade do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), às associações de beneficiários dos aproveitamentos hidroagrícolas.

2 — São beneficiárias do apoio financeiro a que se refere o número anterior as associações cuja actividade se inclua na classe 9411, subclasse 94110, na classe 0161, subclasse 01610, bem como na classe 9499, subclasse 94995, da CAE Rev. 3, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro.

3 — O apoio financeiro tem por objecto, exclusivamente, os consumos energéticos das infra-estruturas colectivas de rega e drenagem que se destinem à produção agrícola, num período de 12 meses, cujo início ocorra até 30 de Junho de 2010.

4 — A atribuição do apoio financeiro depende:

a) De os contadores permitirem a individualização, de forma inequívoca, dos consumos energéticos referidos no n.º 3;

b) De formalização da candidatura junto do IFAP, I. P., em formulário específico a disponibilizar por este Instituto.

5 — O prazo de candidatura tem o seu início no dia útil seguinte à publicação do presente despacho e o seu termo 30 dias úteis após a data da publicação.

6 — O valor da ajuda é equivalente a 20% sobre o valor do consumo constante da factura de electricidade, acrescido do valor da potência contratada, sendo excluídas todas as demais taxas, tarifas e quaisquer outras imposições, incluindo impostos, até ao limite individual de € 50 000.

7 — O montante máximo disponível do apoio financeiro para a energia despendida pelas associações de beneficiários dos aproveitamentos hidroagrícolas é de € 300 000.

8 — São aplicáveis as regras constantes dos n.ºs 9 a 16 do despacho n.º 47/2010, de 22 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 5 de Janeiro de 2010, com as devidas adaptações.

9 — Os pedidos apresentados no âmbito do presente apoio são contabilizados para efeitos do disposto no n.º 10 do despacho n.º 47/2010, de 22 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 5 de Janeiro de 2010, entrando os beneficiários, no caso de ultrapassagem do valor previsto no n.º 7 do presente despacho, no mesmo rateio proporcional.

23 de Abril de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *António Manuel Soares Serrano*.

203462145

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 506/2010

Louvo o coronel de cavalaria, NIM 05116581, Carlos José Vicente Sernadas pelo elevado grau de profissionalismo e dedicação evidenciados no desempenho do cargo de chefe dos Serviços de Apoio que exerce, durante cerca de 22 meses, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

O coronel Vicente Sernadas assumiu sempre uma postura pró-activa, garantindo a satisfação de todas as necessidades da delicada rotina do dia-a-dia no Instituto, devido à multiplicidade de requisitos administrativos que decorrem da actividade académica, envolvendo militares dos três ramos, da Guarda Nacional Republicana e de países amigos, e ainda dos inúmeros eventos que ocorrem no Instituto por solicitação de entidades externas.

Com o IESM implantado num prédio do Exército e regendo-se por um protocolo assinado com aquele ramo, o coronel Vicente Sernadas garantiu um correcto relacionamento com os diversos interlocutores envolvidos, designadamente com a Messe de Oficiais de Pedrouços, sendo ainda capaz de ultrapassar dificuldades estruturais decorrentes da inexistência de alguns meios.

Para além das actividades de rotina, dinamizou a reorganização incremental dos serviços de apoio, sem rupturas, adequando-os, aos modernos padrões gestonários dos organismos do Estado, apresentando várias propostas de normativo interno. Desenvolveu, ainda, estas tarefas num ambiente interno caracterizado pelo percurso de consolidação do IESM como instituto universitário e crescente exigência dos processos envolvidos, apesar das limitações existentes em pessoal civil e militar.

A excelente actuação do coronel Vicente Sernadas foi decisiva para a resolução de diversas questões como as respeitantes à contratação de professores civis, à transferência do pessoal civil para o quadro do IESM e respectiva avaliação, à adopção do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional, à melhoria do sistema de planeamento e controlo, designadamente na área financeira, ao desenvolvimento dos sistemas de informação, à supervisão da realização de diversas obras de média dimensão e à adopção de medidas de protecção ambiental, visando um Instituto mais eficiente e funcional.

Oficial dotado de uma sólida formação humana, militar e técnica, praticando em elevado grau as virtudes da lealdade e da obediência, demonstrou, em todas as circunstâncias, elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais e militares na execução das inúmeras e complexas tarefas inerentes ao desempenho do seu cargo.

Pela qualidade e relevância do seu desempenho e extraordinária dedicação assumindo sempre uma postura frontal e de absoluta lealdade, disciplinada e disciplinadora, o coronel Carlos José Vicente Sernadas muito tem contribuído para o lustre, a honra e o prestígio do Instituto de Estudos Superiores Militares e do Ministério da Defesa Nacional, pelo que os serviços por si prestados devem ser considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento do disposto nos artigos 13.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha de serviços distintos, grau prata, ao coronel de cavalaria Carlos José Vicente Sernadas.

17 de Junho de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

203462729

Portaria n.º 507/2010

Louvo o licenciado Victor Manuel de Oliveira Lourenço pela forma extremamente competente e dedicada como exerceu diversas funções na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), até à aposentação, a seu pedido, em 1 de Abril de 2010.

No decurso da sua longa carreira, de mais de 37 anos, dedicada ao serviço público, o Dr. Victor Lourenço trabalhou em diversos serviços da Administração Pública, primeiro no Ministério Público, entre Maio de 1973 e Julho de 1979, depois como adjunto do Secretário de Estado da Defesa Nacional dos 7.º e 8.º Governos Constitucionais, entre Abril de 1981 e Junho de 1983, mais tarde como consultor jurídico do Serviço de Polícia Judiciária Militar, de Julho de 1979 a Dezembro de 1989, e na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), desde Dezembro de 1989.

Nos mais de 21 anos de serviço na DGPDN foi nomeado chefe de divisão de Planeamento e Coordenação, director do Departamento de Estudos e Coordenação e subdirector-geral de Política de Defesa Nacional, tendo mesmo assumido, interinamente e durante cerca de seis meses, as funções de director-geral.

Desenvolveu uma actividade muito diversificada, com intervenções em vários domínios, com destaque para a análise sistemática do quadro conceptual e legal do ordenamento da defesa, para o apoio jurídico à actividade global da Direcção-Geral e para o plano de acompanhamento e apoio às acções de relacionamento externo na área da defesa, bem como para funções de representação em grupos de trabalho no âmbito do MDN e interministeriais, dos quais se salientam o grupo de trabalho permanente MNE/MDN, a Comissão Interministerial sobre Macau, o Mecanismo de Coordenação da Acção Externa do Estado Português e o Núcleo de Estudo de Assuntos Ambientais do MDN.

No plano bilateral integrou diversas delegações nacionais, destacando-se as que renegociaram o Acordo de Cooperação e Defesa de 1995 com os EUA, o acordo que pôs termo à presença da Força Aérea alemã na Base Aérea n.º 11, o acordo que pôs termo à presença das forças militares francesas nas ilhas das Flores e de Santa Maria e os acordos internacionais de cooperação com países do Norte de África e da Europa Central e Oriental, bem como a função de coordenador da delegação portuguesa à Comissão Laboral, órgão de concertação de interesses no domínio laboral, criado pelo Acordo de Cooperação e Defesa com os EUA.

Ainda neste âmbito, e no domínio específico da cooperação técnico-militar (CTM), participou em palestras e *briefing* a altas individualidades dos países parceiros e na elaboração do Acordo de CTM com Angola e do Protocolo Adicional n.º 1 do Acordo de CTM com Moçambique.

No domínio multilateral teve intervenção em vários processos negociais, reuniões, conferências, seminários e outras iniciativas, promovidos por organizações internacionais, sendo de destacar a sua integração nas delegações portuguesas à Reunião do Grupo de Peritos Intergovernamental para a Protecção das Vítimas de Guerra (1995), na Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas sobre a criação do Tribunal Penal Internacional (1998), tendo igualmente colaborado nos trabalhos do respectivo Comité Preparatório (1997 a 2000) e na Conferência de Estados Partes da Convenção de Otava (2003), bem como na delegação que negociou com as autoridades alemãs o Acordo sobre a Presença Temporária de Forças Militares Estrangeiras (aliadas na NATO) em Território Alemão.

Relevo, ainda, o facto de ter chefiado as delegações portuguesas no Grupo de Assuntos Jurídicos da EUROFOR e na reunião dos Estados Partes da Convenção sobre Certas Armas Convencionais (2002), elaborando pareceres e informações nas áreas da defesa nacional, do direito internacional e da concepção teórica das relações externas de defesa.

No exercício das funções de subdirector-geral de Política de Defesa Nacional, e para além das tarefas inerentes ao cargo, deteve responsabilidades directas no acompanhamento da Defence Capabilities Initiative, chefiando a delegação portuguesa ao respectivo High Level Steering Group, do Planeamento das Forças da NATO e, durante seis anos, a delegação portuguesa às respectivas reuniões trilaterais e multilaterais, organizando e acompanhando a visita a Portugal do Defence Review Committee da NATO (2004), substituindo o director-geral em várias reuniões de directores políticos de defesa da UE e da NATO e integrando a delegação portuguesa à reunião ministerial da NATO que teve lugar em Nice (2005).

Apresentou, ainda, diversas conferências e proferiu várias palestras nas suas áreas de responsabilidade, tendo elaborado várias sùmulas da DGPDN, contribuindo deste modo para divulgar a actividade desta